

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

EDUCAÇÃO

FERNANDO HADDAD

BRASÍLIA

2010

CICLO DE PALESTRAS

EDUCAÇÃO

FERNANDO HADDAD



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
MINISTRO SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Esplanada dos Ministérios, Bl. O – 7º, 8º e 9º andares
70052-900 Brasília, DF
Telefone: (61) 3411.4617
Site: www.sae.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

EDUCAÇÃO

FERNANDO HADDAD

PALESTRA PROFERIDA EM 20/05/2010



BRASÍLIA, 2010

Degração:
FJ Produções

Projeto Gráfico e Diagramação:
Rafael W. Braga
Bruno Schürmann

Revisão:
Sarah Pontes

Edição:
Gabriela Campos

Coordenação:
Walter Sotomayor

FICHA CATALOGRÁFICA

C568

Haddad, Fernando
Ciclo de palestras: Educação/Fernando Haddad. Brasília:
Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE,
2010.

52 p.

1. Políticas Públicas 2. Educação – Brasil. I Presidência da
República, Secretaria de Assuntos Estratégicos. II. Fernando Haddad

CDD - 350



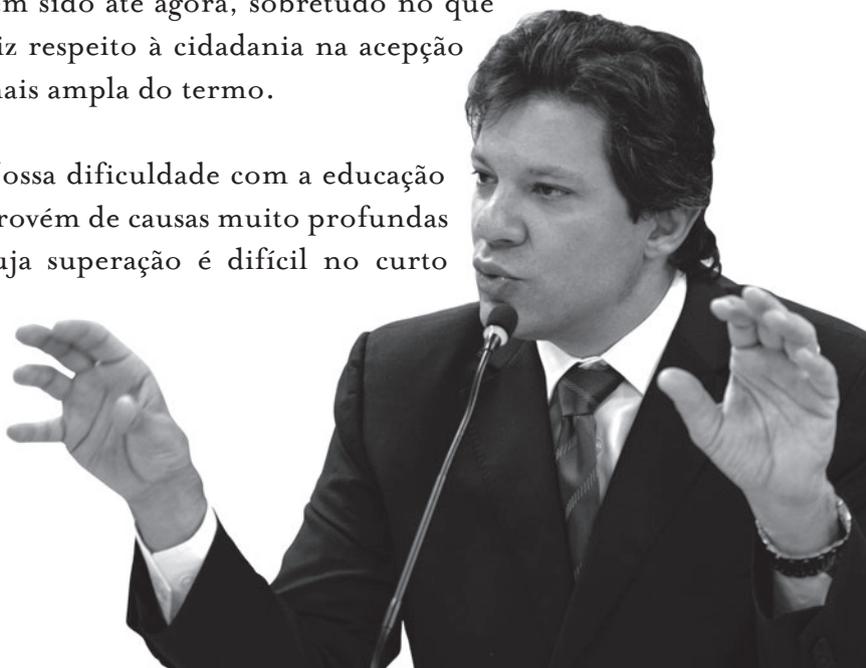
CICLO DE SAE
PALESTRAS

- 1963 *Nasce, em 25 de janeiro, em São Paulo (SP)*
- 1985 *Graduação em Direito, pela Universidade de São Paulo (USP)*
- 1985 *Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, órgão representativo dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP)*
- 1985 *Professor da Universidade de São Paulo (USP)*
- 1989 *Aluno Visitante, McGill University – Montreal (Canadá)*
- 1990 *Mestrado em Economia, pela Universidade de São Paulo (USP)*
- 1992 *Publica o livro O Sistema Soviético – Relato de Uma Polêmica. São Paulo, Scritta Editorial*
- 1996 *Doutorado em Filosofia, pela Universidade de São Paulo (USP)*
- 1998 *Publica o livro Em Defesa do Socialismo. Petrópolis: Editora Vozes*
- 1998 *Publica o livro Desorganizando o Consenso. Petrópolis: Editora Vozes*
- 2004 *Nomeado Secretário Executivo do Ministério da Educação*
- 2005 *Nomeado Ministro da Educação em 29 de julho*

PALESTRA DO MINISTRO
FERNANDO HADDAD

O Brasil manteve, ao longo de sua história, uma difícil relação com a educação. A nossa formação nacional não veio combinada com esse vetor de desenvolvimento social, econômico e humano, e penso que hoje há uma grande hegemonia em torno da ideia de que esse déficit prejudicou enormemente o desenvolvimento nacional. Talvez o enfrentamento da agenda educacional seja incontornável se quisermos pensar grande novamente e imaginar um futuro para o Brasil, diferentemente do que tem sido até agora, sobretudo no que diz respeito à cidadania na acepção mais ampla do termo.

Nossa dificuldade com a educação provém de causas muito profundas cuja superação é difícil no curto



prazo. Convivemos com, pelo menos, três condicionantes que limitaram a educação republicana. O primeiro deles é a herança da escravidão. O Brasil foi o país da América que mais profundamente teve a escravidão como motor do seu desenvolvimento interno, mas, sobretudo, levou isso às últimas consequências do ponto de vista geográfico e histórico. Fomos o último país a abolir a escravidão. Se tomarmos o registro de quando os negros começam a frequentar a escola pública, veremos que isso aconteceu com mais vigor após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, a população negra sequer frequentava a escola. Prova disso são as análises do índice de analfabetismo no Brasil de hoje, na população com mais de 60 anos: verifica-se que esse percentual é de mais de 27%. Se for feito o recorte étnico-racial, a situação é ainda pior.

A escola pública dos anos 1950 e 1960, da qual algumas pessoas sentem saudade, não tinha a dimensão que têm as escolas técnicas federais, ou seja, atendia um número reduzidíssimo de pessoas. Pode-se exemplificar isso observando as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (Pnad) do IBGE, do fim da década de 1970: em 1978, o percentual de brasileiros que havia concluído o ensino médio era de 4% – nossa expectativa atual é de que, um dia, 100% dos brasileiros concluam o ensino médio aos 19 anos. Porém, 30 anos atrás, apenas 4% dos brasileiros com 19 anos tinham concluído o ensino médio. Portanto, nossa relação com a educação ocorre de forma muito tardia.

Se a escravidão é um fardo histórico que até hoje afeta a qualidade da educação, há outros dois indicadores educacionais que gostaria de mencionar. O Brasil também, não diria que é o único, porque também houve uma experiência semelhante no México, é praticamente o único país americano que conviveu, pelo menos por longo período, com a monarquia. A nossa independência não se combinou com a República, ela se combinou com a manutenção dos laços com a Coroa. Evidentemente, essa questão afetou também o desenvolvimento da educação, sobretudo porque a nossa monarquia constitucional foi capenga, por assim dizer, se comparada à tradição monárquico-constitucional da Europa do século XIX. Isso quer dizer que estamos mais para um Estado patrimonialista, desde sempre, mesmo depois do advento da República, do que propriamente para um Estado republicano. Nosso vínculo com o Estado organizado de forma “estamental” vem desde a nossa independência. Então, mesmo hoje, mais de cem anos depois da Proclamação da República, ainda se notam os traços desse Estado “estamental”, e isso perpassa todo o sistema educacional.

Para citar um exemplo que pode elucidar o argumento, basta pensar no que é a escolha de diretor de escola, no Brasil, até hoje. E não estou falando de estados pobres da Federação, mas de estados ricos. Se levarmos em consideração, por exemplo, como são escolhidos os diretores de escola no Rio de Janeiro, percebemos o quanto é complicado. Felizmente, essa questão vem mudando, principalmente nos últimos dois anos. Ainda assim, o professor

Nelson Maculan Filho, que assumiu a Secretaria de Estado de Educação e foi nosso colaborador na Secretaria de Educação Superior (Sesu), entrou em conflito, dois anos atrás, com as forças políticas locais, justamente em torno de uma portaria que estabelecia critérios transparentes de escolha de diretor. É obvio que isso tem raízes na maneira como o Estado brasileiro está organizado. Repito: de forma que o patrimonialismo é evidente, entendido no sentido de que a classe política se apropria do aparato estatal como se fosse algo privado, e isso repercute em toda a organização do Estado e também do sistema de educação.

No Brasil, as escolas ainda são chamadas de escolas municipais, estaduais, federais, quando o jargão utilizado no exterior é *escola pública*. Aqui, entretanto, raramente chamamos a escola de pública. Sempre atribuímos uma designação que vincula a escola ao poder político local, regional ou nacional. O conceito de escola pública também luta para sobreviver uma realidade política muito adversa à autonomia da escola, à ideia de que a escola é um espaço republicano, de que a melhor escola é aquela que não tem dono, propriamente, a não ser a comunidade atendida por esse estabelecimento.

E o terceiro aspecto, que diria bastante desfavorável ao desenvolvimento da educação, além da escravidão e da organização patrimonialista – fazendo um paralelo com a frase que diz que a censura, no Brasil, chegou antes da imprensa –, é que também a contrarreforma chegou antes da reforma. O Brasil, do ponto de vista da cultura,

é um país que não cultivou a liberdade, a autonomia do indivíduo. Então, se em alguns países a religião teve um efeito que potencializou as letras – como na cultura protestante, com a tradução da Bíblia e a doutrina de que o crente mantinha um vínculo direto com o transcendente e era ele próprio o intérprete da palavra de Deus, o que exigia alfabetização – no Brasil isso não aconteceu. Aqui essa tradição, infelizmente é preciso reconhecer, não ocorreu, foi um peso que a Igreja não teve – veja-se a polêmica de Anísio Teixeira, nos anos 1930, em que tal fato está completamente caracterizado. Praticamente todas as concessões de Gustavo Capanema, as concessões que foram feitas no período Vargas, têm como pano de fundo a visão de educação muito tributária, de uma concepção muito tradicional e conservadora da Igreja Católica, principalmente sobre o que pensar da educação.

Portanto, é um contexto em que a escola pública nunca teve muito espaço, seja pela organização do Estado, pela organização da cultura, seja pela organização da economia, com escravidão, Estado patrimonialista, contrarreforma – isto é, nunca tivemos muito espaço para a escola pública. A verdade sobre essa escola pública dos velhos tempos, da qual se tem saudade, é que ela servia, quando muito, a 3 ou 4% da população. Não era uma escola pública, portanto. Porque, por definição, escola pública é aquela que universaliza o atendimento. Ou seja, a quantidade é uma dimensão da qualidade. Não há como dissociar uma ideia da outra. Não se pode falar em qualidade dispensando o conceito de quantidade. A quanti-

dade é uma dimensão inerente à qualidade. Portanto, o atendimento é um critério bastante aceito pelos educadores sobre a qualidade do sistema educacional.

Entendo que, a partir da Lei Calmon, em 1983, as coisas começaram lentamente a mudar – embora de forma muito difícil, muito pendular, com movimentos de ida e de vinda. A Lei Calmon vincula recursos do orçamento para a educação, e o financiamento é completamente imprescindível se quisermos ter um sistema educacional robusto. Em 1988, a Constituinte deu um passo ainda mais importante. Primeiro ao tornar o ensino obrigatório um direito subjetivo. Isso parece uma filigrana, mas provoca uma mudança impressionante do poder constituído. O próprio Ministério Público começa a atuar e a pressionar. Prefeitos, governadores, a classe política e o Poder Judiciário começam a se mobilizar pela universalização do atendimento. De fato, após 1988, é muito visível que o governo atinja quase 100% de atendimento. Antes mesmo da entrada em vigor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), já há um período de 8 a 9 anos em que a curva sofre uma inflexão positiva e se chega a 1997, que antecede a entrada em vigor do Fundef, com cerca de 96% de atendimento.

Então, houve realmente uma inflexão positiva no ensino fundamental de 8 anos à época. Hoje temos um ensino fundamental de 9 anos, e o ensino será obrigatório de 4 a 17 anos até 2016. Ou seja, o Brasil colocou na Constitui-

ção a meta de universalizar o atendimento de 4 a 17 anos, até 2016, com a emenda constitucional promulgada ano passado. A segunda questão é que a Constituição obriga a destinar para a educação 25% dos impostos arrecadados por estados e municípios e 18% dos arrecadados pela União. Então começou-se a falar seriamente da educação com uma mudança de patamar do financiamento. Em 1994, ou seja, 6 anos depois, veio o refluxo com a Desvinculação das Receitas da União (DRU). Esse é um dispositivo que foi inserido na Constituição, por ocasião do lançamento do Plano Real, que desvincula receitas da União em geral, mas da educação em particular. A educação também tem uma perversidade, porque desvincula antes da aplicação das regras de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE). Significa que a desvinculação não é de 20%. Na verdade, trata-se de 33%, porque ela é feita antes do repasse de recursos para estados e municípios. Portanto, gera-se uma hecatombe no MEC, que dura efetivamente dez anos ou mais. Quer dizer, ficamos de 1995 a 2004 com o orçamento, rigorosamente, no mesmo patamar. O orçamento do MEC não teve incremento de um real acima da inflação.

Se de um lado se diz que se devem matricular todos na escola, mas de outro se diz que o orçamento é o mesmo, em termos reais, é óbvio que o investimento por aluno cai. Não se faz milagre, não existe mágica. Estamos dizendo: temos de matricular todos, mas com o mesmo or-

çamento. Então, o investimento por aluno tem trajetória de queda. Temos uma situação muito penosa, que se refletiu, imediatamente, na qualidade do ensino.

Quando se vão matricular os 10% que estão faltando, evidentemente se está matriculando a camada mais pobre da população. Não tenho dúvida disso. Ocorre que, se se está matriculando a camada mais pobre da população, então o investimento por aluno tem de aumentar e não diminuir. Ele não pode nem permanecer o mesmo, porque, de certa forma, o Estado tem de compensar aquilo que as famílias não têm condições de oferecer para seus filhos, que é aquela formação em casa, que faz toda diferença na escola. Todos educamos nossos filhos muito antes de mandá-los para a escola e durante o período escolar. Assim, a escola conta com a família para facilitar o seu trabalho. A escola nem sequer tem condições de fazer o papel que a família deve exercer. Portanto, quando se matricula a camada mais pauperizada da população, deve haver, na verdade, aumento do investimento por aluno, para, na medida do possível – do que o dinheiro pode fazer, e não é tudo –, compensar aquele déficit que o aluno já traz de casa, pelas condições socioeconômicas que ele enfrenta, de pobreza, de miséria.

O que se observa nesse período é que começamos a medir a qualidade da educação, apesar de controverso o tempo da medição da qualidade. É possível, no mínimo, se não medir a qualidade da educação, medir a proficiência das crianças em algumas disciplinas, como é o caso da leitura

e da matemática. O Brasil começou a fazer isso em 1995 e o fez de maneira cientificamente rigorosa para poder comparar no tempo a proficiência das crianças, ou seja, saber a evolução desses indicadores ao longo de um período e admitir a comparabilidade. O que se notou de 1995 a 2001 foi uma queda vertiginosa desses indicadores. Ao mesmo tempo que estamos atendendo mais pessoas, a qualidade foi caindo, de maneira brusca. Efetivamente atingimos algo próximo da universalização, mas em patamar de qualidade absolutamente insustentável.

É preciso notar também que, às vezes, as pessoas se deixam levar pelos números, mas é preciso esmiuçá-los um pouco mais para se compreender a situação em que estamos. Se analisarmos os exames internacionais comparáveis, tanto no tempo quanto geograficamente, verifica-se que o Brasil, entre 67 países que participam do *Programme for International Student Assessment* (Pisa), ocupa as últimas posições. O dado é relevante, embora estejamos nos comparando a países muito ricos, na maioria dos casos – países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com raras exceções. Então, é realmente difícil para um país como o Brasil se comparar com um país como a Irlanda, como a Finlândia. Mesmo o Chile, que é nosso vizinho, não tem o fato histórico que citei nem a metade dos problemas que o Brasil enfrenta. Praticamente tem um décimo da população brasileira, se tanto, um PIB *per capita*, no mínimo cinquenta por cento superior ao nosso e um investimento público em educação superior ao nosso há muitas décadas. Contudo, se

segmentarmos os resultados do Brasil, verificamos que 50% da população brasileira, na faixa dos 15 anos, tem desempenho no Pisa que não pode ser considerado catastrófico. A nossa média é baixa, mas metade dos nossos estudantes tem acesso a uma educação de regular para boa. Porém, quando se toma a média como um todo, ela não é nem regular, é ruim.

O Brasil está evoluindo, embora ainda esteja em patamar insuficiente de qualidade. Creio que, a partir do ano 2000, começou-se a ver uma inflexão dos resultados. Revertemos a queda de 1995 a 2001. Não estou atribuindo mérito ao governo federal. É um esforço municipal, estadual, é um esforço nacional para reverter a queda dos anos 1990. A escola também vai encontrando seu caminho. Sobre tudo a partir do momento em que passamos a divulgar o resultado por escola, começamos a sentir uma mobilização sem precedentes. A escola mobilizada é a escola que faz diferença. Uma escola largada, desconsiderada, esquecida, não repensa seu projeto pedagógico, não se mexe pela qualidade. A partir do momento em que se começa a divulgar os indicadores por escola, e isso só passou a ser feito em 2005, com a perspectiva não de punir a escola, mas de auxiliar, cooperar, colaborar, para que ela alavanque o seu desenvolvimento institucional, começa-se a ver uma reação importante. O maior movimento identificado até o momento aconteceu entre 2005 e 2007. Foi o momento em que houve o maior salto de qualidade, sobretudo nas regiões mais pobres do País. Há efetivamente uma mobilização pela qualidade, pelo menos no

que diz respeito à questão da proficiência em disciplinas básicas, o que é um bom começo. Porque, se é verdade que proficiência em disciplinas básicas está longe de esgotar a agenda da educação, também é verdade que sem isso é muito difícil se falar em qualidade.

Portanto, não é uma perspectiva reducionista, não se pode reduzir a educação à leitura e à matemática, mas o fato é que, para que se exercite a cidadania, é necessário que o cidadão seja capaz de ler um jornal e compreender o que está em jogo. Percebe-se hoje, a partir dessa aproximação do MEC com a escola, uma intensa mobilização da escola em proveito da questão da qualidade, do aprendizado. Alguns estudos internacionais mostram que há realmente um efeito na divulgação de resultados sobre o cumprimento de metas. Há estudos que demonstram que isso tem impacto na cultura da escola: muda o enfoque, muda a ênfase, muda a perspectiva da escola. Podemos observar tal fenômeno também no Brasil. Penso que a história vai registrar que isso promoveu uma inflexão importante na maneira de olharmos para a escola. Agora, a avaliação, a *accountability*, a responsabilização do gestor, da classe política, é um componente desse processo. Contudo, obviamente, tem de vir acompanhado do compromisso do Estado, o que passa também pela questão da gestão e do financiamento.

Temos de aprimorar a gestão. Primeiramente, devem-se aumentar os recursos em educação, e a história vai registrar o papel que o presidente Lula teve nesse quesito.

O orçamento do MEC, de 1995 até 2004, em termos reais, permaneceu constante. Em valores atuais, girava em torno de R\$ 28 bilhões. Hoje, o orçamento do MEC, usando a mesma metodologia, dobrou, em termos reais, ou seja, está acima da inflação. Em termos nominais, triplicou de 2005 a 2010 – o que nos permitiu até mesmo acabar com o dispositivo da DRU. Ela não existe mais para a educação. A mesma emenda constitucional que ampliou a obrigatoriedade do ensino de 7 a 14 anos para 4 a 17 anos pôs fim a esse mecanismo que desvinculava recursos da União para a área educacional. Inclusive vamos sentir os efeitos, no próximo período, o chamado bônus demográfico. A população brasileira na faixa etária de 0 a 17 anos vai cair dramaticamente em termos absolutos. Isso significa que só teremos condições de sustentar os nossos velhinhos se a produtividade do trabalho aumentar dramaticamente. E isso não vai acontecer sem educação, ciência e tecnologia.

Assim, a única maneira de pensar em desenvolvimento sustentável para 2050, quando a população brasileira terá idade avançada, é aumentar a produtividade de quem está nascendo hoje. Se não investirmos pesadamente em educação, ciência e tecnologia, o modelo de desenvolvimento brasileiro vai-se tornar insustentável pela razão demográfica. Se não aproveitarmos o bônus demográfico agora, teremos de nos ver com o ônus demográfico daqui a trinta anos. A educação no Brasil, desde a proclamação da República, de 1889 até a Constituinte em 1988, representa cem anos de descaso. Agora é uma questão de

sobrevivência da civilização brasileira. Se não enfrentarmos essa agenda, estaremos condenando-nos à pobreza, e não será o pré-sal que nos salvará desse destino, se não investirmos em educação. Tenho segurança em dizer que precisamos investir em educação, da creche à pós-graduação, se quisermos superar os problemas que vão advir dessa realidade demográfica, para um país que não tem alta produtividade do trabalho, por falta de educação e de tecnologia.

O Brasil terá de investir pesadamente. Isso nos coloca uma questão central, que é a seguinte: triplicamos o orçamento do MEC, duplicamos em termos reais. Isso nos permitiu que saltasse de 4% para 5% o investimento público em educação no período. Não é pouco aumentar em 1% do PIB o investimento público em educação. Devemos fechar 2010 em torno de 5%. Estamos em 4,7% segundo dados de 2008, mas saímos de 3,9%. Então, aumentamos 0,8%, e esse ritmo aumentou em 2009/2010 – e acredito que vamos bater 5% do PIB. Refiro-me a investimento direto, não a investimento total. Investimento total é um pouco maior porque inclui a contribuição para o fundo previdenciário, inclui bolsa, financiamento, uma série de aspectos que não fazem parte do investimento direto.

Ainda assim, em termos de investimento direto, que é o menor número, devemos chegar ao fim de 2010 com algo em torno de 5% do PIB. O Plano Nacional de Educação previa 7% do PIB, não esclarecia se era investimento di-

reto ou investimento total, e esse dispositivo foi vetado. O argumento para vetá-lo foi de que ele conflitava com a Lei de Responsabilidade Fiscal – isto é, uma lei ordinária não pode conflitar com uma lei complementar que estabelece o regime fiscal no País. O que fizemos por ocasião da aprovação da mesma Emenda Constitucional nº 59 foi fazer constar na Constituição que o Plano Nacional de Educação tem de prever uma meta de investimento público em educação. Agora ninguém vai poder vetar essa determinação, porque é uma norma de hierarquia superior à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Penso que, do ponto de vista de gestão, o MEC evoluiu. Hoje temos uma interlocução com estados e municípios com instrumentos muito sofisticados de interação. Criamos um instrumento chamado Plano de Ações Articuladas (PAR), que nos permite estabelecer parcerias plurianuais e multidimensionais com cada ente federado. Não temos mais aqueles tradicionais acertos pontuais nos estados brasileiros, quando, muito pressionado pela questão política, um prefeito ou um governador pedia dinheiro de última hora. Esse tipo de pressão acabou, no Ministério da Educação.

O prefeito ou governador tem de fazer um diagnóstico da sua rede, com base em um instrumento elaborado pelo próprio Ministério da Educação. Feito o diagnóstico, ele apresenta um plano de trabalho, o qual é analisado a quatro mãos: MEC e Secretaria de Educação. Posteriormente, é firmado um convênio de quatro anos com

o prefeito ou o governador, no qual constam as metas de qualidade, as metas de atendimento e a contrapartida do Ministério da Educação, em relação a apoio financeiro e técnico. São cuidados que, de certa forma, blindam a relação federativa do ciclo político. Não sei qual prefeito vai ser eleito, ou qual presidente vai ser eleito, mas existe um plano transparente, estabelecido, acompanhado pelos órgãos de controle, CGU e TCU, que garantem um tratamento republicano para a questão federativa. O prefeito pode até mudar o seu PAR, mas terá de justificar qualquer mudança com base em outro diagnóstico, terá de interagir com o Ministério da Educação e, eventualmente, propor alterações. Tais alterações devem ser feitas em base técnica e não política.

Combateu-se, ainda, outro problema recorrente no Ministério da Educação. Quando ainda não havia o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), não se dispunha de indicadores de qualidade por rede nem por escola, e o MEC atendia de acordo com a demanda e com a qualidade da demanda. Então, via de regra, o Ministério mandava recursos para os municípios mais bem preparados porque este, rico, formulava o melhor projeto, contratava uma consultoria. Como aqui em Brasília não se tinha a dimensão da realidade local, o servidor público julgava os melhores projetos e o recurso ia para quem menos precisava. Com o Ideb, isso mudou, porque o recurso agora tem de ir para quem mais precisa. E se o município não tem capacidade técnica para elaborar o seu plano educacional, o MEC manda consultores para

elaborá-lo *in loco*. Então, o recurso vai para quem mais precisa – o que é um dever constitucional. Cabe à União, segundo a Constituição, equalizar as oportunidades educacionais no País.

Se somarmos o apoio voluntário que o MEC oferece com a melhoria das condições de financiamento em geral, que é possibilitada pela nova realidade jurídica do País, a começar pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb), a situação melhorou muito. O Fundeb multiplicou por 10 o aporte da União, para complementar o investimento por aluno feito no Brasil. Assim, praticamente nivelamos o investimento mínimo por aluno, do Maranhão ao Rio Grande do Sul.

Se observarmos o investimento por aluno do Fundeb, em 2002, notamos que se investiu no Maranhão metade do que se investiu no Paraná, por exemplo. Hoje, o investimento do Fundeb no Paraná é de R\$ 1.575,00 e no Maranhão é de R\$ 1.415,00, ou seja, o investimento do Fundeb no Maranhão corresponde a 90% do investimento do Fundeb no Paraná – e era de 53% em 2002.

Se levarmos em conta o que fizemos para equalizar, do ponto de vista normativo, o investimento por aluno no País e somarmos as transferências voluntárias, que têm como critério a equalização, do ponto de vista de qualidade, notaremos um projeto de nivelamento por cima das condições de ensino, não importando onde a pessoa

nasceu. O importante é garantir que todo cidadão tenha acesso aos mesmos bens materiais para sua educação.

Por fim, gostaria de tratar rapidamente do tema da formação de professores. O que tem mais visibilidade, hoje, são duas iniciativas do MEC. A primeira delas, ter assumido a formação de professores como tarefa da União. Hoje, formação de professores para educação básica é assunto federal, não é mais assunto municipal e estadual. Para isso criamos vários instrumentos, ampliamos as licenciaturas nos institutos e universidades federais. Criamos a Universidade Aberta do Brasil, com mais de 500 polos em atividade. Mais recentemente, alteramos uma regra do financiamento estudantil, da maior importância: se um licenciando estuda em uma instituição particular, mas tem a intenção de exercer a profissão em uma escola pública, ele toma o financiamento e não tem de pagá-lo: a cada mês de exercício profissional ele quita automaticamente 1% da sua dívida com o financiamento estudantil. Em cem meses de exercício profissional, sem despende um centavo, ele está quite com o seu financiamento. Vamos garantir a gratuidade de formação de professores para quem quiser ser professor no Brasil, seja na universidade pública, num instituto federal ou mesmo numa universidade particular. Basta que a universidade particular tenha qualidade, caso contrário, ela não vai ter financiamento. Além disso, foi criado o piso nacional do magistério, que também exigiu uma emenda constitucional.

Foram realizadas muitas mudanças na Constituição para dar sustentação ao Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE): o Fundeb é constitucional, o piso nacional do magistério é constitucional, o ensino fundamental de 9 anos é constitucional, a obrigatoriedade da matrícula dos 4 aos 17 é constitucional, o fim da DRU é constitucional, a fixação do plano nacional de educação de metas de investimento público em educação é constitucional e até o livro didático, que era restrito ao ensino fundamental, agora é universal por mandamento constitucional. Ou seja, praticamente reescrevemos o capítulo da educação na Constituição, artigo por artigo.

Hoje é mandamento constitucional o estabelecimento de um piso nacional para o magistério. E a formação será gratuita para quem quiser exercer a profissão. Mas estamos providenciando que esteja estabelecido, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que, para entrar na licenciatura, é preciso ter uma nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Pretende-se, ainda, criar uma prova nacional de concurso porque as que existem para os professores municipais são muito ruins. Vamos criar uma matriz – que já entrou em consulta pública – de referência para dizer o que um professor precisa saber e, a partir dessa matriz, vamos elaborar itens para uma prova nacional, que vai ser anual para aqueles licenciados poderem, fazendo a prova, habilitar-se ao sistema de ensino.

A intenção é criar uma competição saudável entre as redes de ensino pelos melhores professores. A partir do momento em que os professores tiverem bom desempenho e boa classificação, naturalmente haverá uma disputa saudável pelos bons professores entre os prefeitos que quiserem melhorar sua qualidade de ensino, o que certamente vai fazer que as carreiras e os salários melhorem. A carreira só vai melhorar a partir do momento que a qualidade do professor melhorar. E, para isso, o Enem, no ingresso da licenciatura, é muito importante, pois hoje há ainda muito “vendedor de diploma de licenciatura” no Brasil. Existem muitas instituições vendendo diploma de licenciatura. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) está corrigindo esse desvio, fechando cursos de direito, de pedagogia, até cursos de medicina foram fechados em decorrência da má qualidade. Temos de garantir um patamar mínimo para a entrada da licenciatura porque, em quatro anos, nenhuma instituição consegue resolver distorções da educação básica. Se a pessoa entrar na licenciatura já despreparada, não vai ser em quatro anos que ela vai sair um bom professor. Então, se estamos garantindo gratuidade da graduação, bolsa de iniciação à docência, piso e carreira, temos de ter filtros na entrada da licenciatura e na entrada da carreira, para garantir uma renovação para melhor do nosso magistério, composto por cerca de 2 milhões de profissionais.

Financiamento, gestão, avaliação e formação de professores é a matriz com que o MEC trabalha para melhorar

a qualidade de ensino no País. É uma matriz porque não trabalhamos essas variáveis apenas no ensino fundamental, mas ao longo de todo o ciclo educacional: da educação infantil à educação superior.

Antigamente, havia uma visão de que, sendo o Brasil pobre, com poucos recursos em educação, era melhor focar no ensino obrigatório a partir dos 8 anos. Considero que isso foi um erro estratégico. Hoje, a neurociência, a psicologia, a pedagogia, até a economia da educação, demonstram que, se o objetivo é ter um ensino fundamental forte, é preciso começar pela educação infantil. Se não se cuidar da criança até 5 anos, e ela chegar sem saber segurar um lápis à escola aos 6, não serão corrigidas as distorções do seu passado. A criança até vai aprender, mas a distância entre ela e uma outra de classe média, que teve todo apoio durante seu desenvolvimento na primeira infância, vai-se manter ao longo da vida. Do mesmo modo, não haverá ensino fundamental sem formação superior. Não adianta imaginar que se vai melhorar o ensino fundamental sem uma universidade forte. Daí a frase célebre de Anísio Teixeira: “Se você quer um ensino fundamental de qualidade, cuide das escolas de ensino médio. Se você quer um ensino médio de qualidade, cuide das universidades”. Ou seja, um pensamento oposto ao senso comum, porque geralmente se fala em “começar do começo”. Não se pensa assim a educação. Se você falar para um alemão, um francês, um americano, um coreano, que vai começar da primeira série do ensino fundamental, ele vai dizer que não vai funcionar.

É obvio que a alfabetização da criança até os 8 anos é crucial, é prioridade. Mas uma coisa é priorizar, outra coisa é focar. Focar é esquecer a sinergia que existe entre os elos do sistema educacional. E esse esquecimento estava na matriz de um problema sério do nosso sistema, que é não pensar o conjunto.

Temos de oferecer oportunidade profissional para a juventude desde o ensino médio, temos de fortalecer a graduação, temos de pensar a pós-graduação. Não adianta ter educação básica de qualidade sem a inovação, a ciência e a tecnologia que a pós-graduação é capaz de oferecer. Ao se aumentarem os investimentos, consegue-se dar conta de todo o ciclo. Por isso procuramos tratar de todas as dimensões da educação. Isso exige compromisso com financiamento mais do que estável, um financiamento crescente. É necessário tratar todo o sistema se quisermos superar esse passivo, esse legado, esse fardo, que carregamos ao longo da nossa história. Estou muito esperançoso. Creio que, apesar de tudo, apesar de um século de atraso, vamos encontrar-nos com essa agenda de maneira firme. A agenda da educação é incontornável. Não estou muito preocupado com a questão de ciclo político. Acredito que, daqui para a frente, o Brasil vai, efetivamente, investir cada vez mais no setor, porque compreendeu que é uma dimensão que dialoga com todas as demais.

Atualmente, pensar em desenvolvimento econômico como se pensava no passado, no estágio de nacional desenvolvimentismo – em que desenvolvimento era indus-

trializar o País e garantir infraestrutura –, não acontece mais. Esse conceito não passa mais pela cabeça de ninguém. Estamos convencidos de que, se infraestrutura é importante, se industrialização é importante, tão ou mais importante que isso é a formação da nossa gente – e não apenas para saber contar e interpretar um texto simples, mas para dar a cada um a condição de realização plena de suas potencialidades. Esse era o desejo dos pioneiros da educação nos anos 1930. Esta frase, aliás, é do Anísio Teixeira: “Permitir ao cidadão ir até onde permitir o seu próprio potencial”. É isso que temos de oferecer a cada um. Sempre oferecer a possibilidade de dar um passo a mais. Não importa se ele é doutor, não importa se ele não se alfabetizou. Mas esse é um direito individual e inalienável. É o direito de poder promover o seu próprio desenvolvimento intelectual, cognitivo e, por isso, temos de pensar a educação no seu conjunto. Pensar o atendimento na educação infantil e pensar em ter uma pós-graduação de excelência.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

TELMO LUSTOSA (SAE)

Considerando a importância atual da sociedade da informação, do conhecimento, gostaria que o senhor falasse sobre o projeto Um Computador por Aluno (UCA).

RESPOSTA:

Quanto à inclusão digital, ela pode ter efeito muito importante no Brasil porque somos um país televisivo, e uma das características da TV é dispensar leitura porque, com um controle remoto, navega-se. É preciso apenas conhecer os números, de zero a dez, para navegar. A Internet, por sua vez, não se navega sem saber ler, por isso vai ter efeito positivo. Temos indicadores, medições feitas, de que, quando a Internet chegou à escola, a proficiência das crianças em leitura aumentou. Tem um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostrando a escola antes e depois da Internet e a medida de proficiência dos alunos antes e depois. Vê-se que a escola mudou com a conexão, não com o computador, porque, às vezes, o computador até atrapalha, o que mostra que a navegação exige proficiência em leitura. Navega-se tão mais rápido quanto

mais se é proficiente em leitura. Portanto, não adianta ter banda larga quando há limitações para ler.

ALBERTO LOURENÇO (SAE)

Alguns meses atrás, li uma reportagem fascinante, na revista *The New Yorker*, que falava sobre os esforços do distrito de Nova York em lidar com professores extremamente inadequados entre os 100 mil professores do distrito, aqueles que não tinham as mínimas condições, porque a pressão sindical impedia que se adotassem medidas punitivas de exclusão, assim como impedia que se adotassem medidas positivas para aqueles professores que se destacavam. Tal situação tinha um resultado muito grave, porque um dos argumentos era que a educação era basicamente uma função da qualidade do professor. Se colocássemos os dez melhores professores da rede de ensino para trabalhar com os dez piores alunos registrados, quase sempre negros e latinos, em cerca de oito anos eles teriam o desempenho dos 10% melhores. O problema é que existia uma inversão de prioridades: os melhores professores ficavam com os melhores alunos. Então, o secretário de Educação americano está enfrentando esse problema, a base sindical do partido democrata é muito forte, como é no Brasil a base sindical do PT. O que seria possível fazer nesse sentido? É viável a instituição de critérios meritocráticos, que poderiam revolucionar a educação brasileira? Minha segunda pergunta é se po-

deríamos usar o sistema de *vouchers*, ou seja, uma educação pública oferecida por fornecedores privados.

RESPOSTA:

O primeiro passo para se ter qualquer meritocracia é criar meta de qualidade. Creio que o governo federal teve o mérito de criar indicador de qualidade e meta de qualidade. O Brasil nunca antes fixara meta de qualidade para o seu sistema educacional. Em 2007, por ocasião do lançamento do Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), fixamos tal meta. Isso fez uma grande diferença quando só se havia fixado meta de atendimento, que era o caso do Plano Nacional de Educação aprovado em 2001. Agora, temos meta de atendimento e meta de qualidade. O que fazer com a meta de qualidade é outro problema, relacionado com estratégias para atingi-la, as quais são as mais diversas. De certa maneira, transformamos o Brasil num laboratório. O que se está tentando em São Paulo não é mesmo em Minas, que está tentando outra estratégia. O Ceará está tentando outra, Pernambuco também. Cada um, à luz da sua experiência, do seu relacionamento com o sindicato, está tentando estabelecer uma estratégia para o cumprimento das metas de qualidade.

No caso de São Paulo, a inspiração foi a cidade de Nova York, e o modelo desta, é preciso reconhecer, é muito mais sofisticado do que o de São Paulo, porque é por valor agregado. Em Nova York se faz o acompanhamento não de turma para turma, mas verifica-se a proficiência do estudante individualmente do início ao fim do período e sabe-se exatamente quem é o professor responsável por aquela evolução. Tem-se, assim, uma medida muito mais precisa da participação do professor no aprendizado

dos alunos. Leva-se também em consideração a condição socio-econômica, o perfil do aluno que aquela escola atende, enfim, é um modelo muito sofisticado e desenvolvido ao longo de alguns anos, mas com um diferencial e de comum acordo com o sindicato. Não foi aprovado pela Câmara Municipal e imposto aos professores, foi construído conjuntamente. Acho que isso é um diferencial importante para o êxito da proposta. Imaginar que a educação vai melhorar em conflito com os professores é uma possibilidade bastante remota. Por mais difícil que seja o sindicato, ele tem de existir para que se construa um sistema meritocrático e o professor se reconheça naquilo.

Não estou querendo aqui fazer julgamento de valor porque acredito que todo esforço é bem-vindo no que diz respeito à qualidade, mas, em relação à estratégia, não se pode, nem seria conveniente, importar as mães coreanas e os professores da Finlândia, como alguns gostariam de fazer. Os pais dos alunos brasileiros são os que temos, não tenho condição de substituí-los. Do mesmo modo, os melhores professores que temos são os nossos professores. Não se ganha uma guerra dessas falando mal do seu exército. Parece-me que, muitas vezes, os gestores têm incompreensão do processo educativo, que é colaborativo por excelência. Geralmente se considera como o melhor sindicato o corporativo, que defende os interesses da categoria. Porque quando o sindicato resolve delirar, não se consegue um acordo. O sindicato ideológico é pior do que o corporativo, pois não se consegue firmar acordo com ele, porque ele quer discutir o modo de produção com os meninos da educação. O sindicato é corporativo, nasceu corporativo, vai ser sempre corporativo — portanto, usar esse argumento para não se sentar à mesa do

sindicato para negociar um plano da melhoria das condições de ensino não me parece um caminho. Discutimos o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) com as universidades. Isso não foi fácil. A Alemanha discutiu a ideia de se colocarem metas de número de alunos por professor, nos anos 1970, e foi um problema. Estamos discutindo cinquenta anos depois. Vinte reitorias invadidas, dois reitores em cárcere privado, depois firmamos um acordo com 58 universidades em torno desses indicadores. Todos os acordos foram voluntários, as universidades tinham a opção de não participar sem ser penalizadas, e todos os acordos foram aprovados pelos conselhos superiores das instituições. Teria sido muito mais fácil enviar uma medida provisória para o Congresso Nacional, mas não teríamos esse resultado. Não conseguiríamos promover o que estamos fazendo, uma expansão das universidades com o consentimento da comunidade acadêmica. Logo, sou sempre a favor, em educação, de sentar para discutir e exaurir todas as possibilidades de negociação, por mais difícil que a situação possa parecer. Pelo bom argumento, vence-se o debate. Demora mais, mas pelo menos o resultado é sustentável do ponto de vista político. Com ou sem eleição consolida-se o acordo.

CLARISSA TEIXEIRA (IPC-IG)

Gostaria que o senhor situasse o Bolsa Família dentro da estratégia do MEC e falasse dos impactos do Programa.

RESPOSTA:

O Programa Bolsa Família (PBF) é essencial para o MEC, porque ele funciona para a Educação. A Educação vê o programa como uma espécie de bolsa-permanência, que ajuda o estudante a permanecer na escola. Se discutimos bolsa-permanência para universitário, é injusto não discutirmos a bolsa-permanência para um aluno de ensino fundamental. Por que ninguém fica horrorizado com a bolsa-permanência para um universitário? É fundamental oferecer restaurante universitário para o aluno, bem como a moradia estudantil. Somos os primeiros a defender isso. Uma universidade tem de proporcionar moradia estudantil e restaurante universitário. E também bolsa, estágio — caso contrário, como o aluno poderia manter-se? Somos todos, aqui, de classe média e queremos proteger os nossos alunos. Como podemos permitir que um aluno que chegou à universidade abandone os estudos por falta de condição socioeconômica? O mesmo raciocínio deve valer para o ensino fundamental.

Essa discussão, para mim, não faz sentido. Estamos, há oito anos, discutindo uma obviedade. As famílias de baixa renda dependem disso. Estamos discutindo R\$ 50 para quem está abaixo da linha de pobreza. Em 2006 ainda se discutiu, mas em 2010 o processo eleitoral será um pouco mais rico do que o passado, e acredito que isso não está em disputa. Na prefeitura de São Paulo, trabalhamos com o Renda Mínima, que foi um dos primeiros projetos do País. Houve ainda o de Campinas, o do Distrito Federal, o de São Paulo, todos nasceram mais ou menos na mesma época. Foi então que, pela primeira vez na vida, visitei a periferia de São Paulo, porque, quando você está no poder

público, é obrigado a conhecer a realidade social. Deixei de ser professor da USP (Universidade de São Paulo), que achava que entendia o Brasil, e passei a ser um gestor público, que é obrigado a entender o País para fazer algo por ele. Em São Paulo, que é a terra da garoa, havia crianças que não iam à escola em dia de chuva porque não tinham roupa para se trocar. A roupa não secava, então não podia ir à escola. Esse é o Brasil que muitas vezes desconhecemos. Portanto, para nós, o Bolsa Família é essencial e já estamos colhendo os resultados do programa.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) publicou um estudo recentemente que mostra que, no ensino médio, o índice de permanência dos jovens atendidos pelo PBF é o dobro dos jovens com os mesmos perfis não atendidos por ele. Ele tem efeitos sobre a permanência na escola e vai ter efeito sobre o rendimento escolar também. Muito em breve veremos estudantes beneficiados pelo Bolsa Família no ProUni, na Universidade Federal.

JORGE ANDRADE (IPEA)

Seguindo tema já abordado, gostaria que o senhor comentasse sobre esse movimento de meritocracia, essa discussão que está acontecendo em São Paulo, tanto a posição do governo quanto a posição do sindicato. E minha segunda pergunta é se o Ministério também está trabalhando com essa política de expansão do ensino técnico,

para a revalorização do profissional técnico, e como é a relação das escolas técnicas com as empresas, seguindo mais ou menos o modelo alemão, por exemplo.

RESPOSTA:

Na área da educação profissional, demos alguns passos muito importantes. Há um tripé da requalificação profissional, em operação hoje, que passa, em primeiro lugar, pela expansão da rede federal. Algumas pessoas são críticas da expansão da rede federal, porque acham que isso deveria ser atribuição dos estados. Porém, em estados pobres, se a União não entrar com sua própria rede, muito dificilmente vão-se corrigir as desigualdades regionais. Não se trata de pensar o Sul e o Sudeste do País, que têm alguma tradição de investimento em educação profissional. Mas, sobretudo, pensar os novos polos de desenvolvimento, construção de siderúrgicas, refinarias, indústria naval e todas essas ações em andamento no País: se a União não entrar com investimentos em educação técnica, dificilmente esses empreendimentos terão sustentabilidade, a não ser que tragam profissionais, cada vez mais escassos, de outras regiões do País. Tivemos de revogar uma lei que impedia a expansão da rede federal de educação profissional. O governo havia aprovado uma lei proibindo a expansão das escolas técnicas federais pelo país. Vamos, em 2014, chegar a 540 mil alunos na rede federal, o que já é bastante significativo.

Em segundo lugar, temos um Brasil profissionalizado. Realizamos convênios que totalizam R\$ 1,3 bilhão com os estados para a qualificação do ensino médio estadual. E, em terceiro lugar, mudamos a legislação do Sistema S — que foi criado por Getúlio

Vargas, com verbas oriundas de um tributo incidente sobre a folha de salário dos trabalhadores, portanto, arrecadado pela Receita Federal do Brasil, e repassado para os sindicatos patronais, para a oferta gratuita de educação profissional. Repentinamente, percebeu-se que não havia mais gratuidade no Sistema S. Então fomos para um enfrentamento difícil, e importante, em 2008. Depois de um embate caloroso, sentamos à mesa e firmamos um acordo, que foi incorporado por decreto presidencial, obrigando o Sistema, até 2014, a aplicar 2/3 da arrecadação compulsória em cursos profissionalizantes gratuitos para jovens de baixa renda. Além disso, criamos o catálogo nacional de cursos técnicos, que deu outra conformação para essa área. E a expectativa é de que os estados se mobilizem um pouco mais quanto à questão da qualidade dos cursos. Não há um sistema de avaliação da qualidade desses cursos, como há para a educação básica e para a superior. E isso é muito importante, porque uma das alterações que fizemos no fundo de financiamento estudantil é permitir o financiamento de cursos técnicos. Portanto, queremos que valha para os cursos técnicos o mesmo paradigma que hoje vale para a graduação. Estamos ampliando a graduação pela expansão das federais, pela Universidade Aberta, pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), pelo Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e pelo Reuni. São, portanto, cinco instrumentos de democratização do acesso à educação superior que estamos replicando para os cursos técnicos: a expansão da rede federal, a expansão da rede estadual, a reforma do Sistema S, o financiamento estudantil e a escola técnica aberta do Brasil. São os mesmos instrumentos que estão sendo aplicados para os cursos técnicos, por isso há uma perspectiva enorme de expansão. Além disso, conseguimos duplicar, em seis anos, a

matrícula em cursos técnicos no Brasil. Tínhamos 500 mil matrículas e hoje estamos com mais de 1 milhão de matrículas em cursos técnicos. Precisaríamos chegar a 4 milhões de matrículas nos cursos técnicos para garantir que todo jovem tenha acesso ou à educação profissional de nível médio ou à educação profissional de nível superior.

KARLA PARRA CORRÊA (IPC-IG)

Gostaria de saber quais são os esforços institucionais do MEC na tentativa de reverter o problema da evasão escolar no círculo educacional.

RESPOSTA:

Hoje estou convencido de que o problema da evasão tem forte componente socioeconômico, portanto dificilmente a escola, por ela própria, vai conseguir resolvê-lo. Então temos de trabalhar intersetorialmente a questão. Vamos pegar o exemplo da cana. Quem conhece o assunto, sabe que o ciclo da cana é incompatível com o ano letivo. Há uma incompatibilidade entre algumas atividades econômicas, da maneira como elas são desenvolvidas no Brasil, e a permanência da criança na escola. Assim, a correlação entre cana e baixo desempenho escolar é igual a um. Onde tem cana não tem educação de qualidade. Não sei exatamente os efeitos da mecanização, mas esta só é possível em algumas regiões porque o relevo impede a mecanização em outras. Estamos enfrentando desafios enormes no Norte, sobretudo no que diz respeito às distâncias e à mobilidade em geral, bem como à mi-

gração. Há problemas relativos a algumas culturas, à questão do campo, à questão das periferias das grandes cidades e, sobretudo, à questão da violência. Deve-se observar que os elementos externos à escola falam muito mais alto hoje do que a própria escola. Não é verdade que a escola não é atraente. Às vezes, lê-se no jornal artigos de especialistas que dizem que a escola precisa mudar, ser atraente. Mas não é só a escola — a escola sempre precisa mudar, está sempre em mutação —, está na hora de os educadores também pensarem o “fora da escola”, ou seja, as variáveis que incidem sobre a qualidade da escola e não estão sob a sua governabilidade. Famílias desestruturadas, tráfico de drogas, violência, pobreza, migração, isso tudo são elementos que a escola não vai resolver, mas que o poder público tem de, de alguma maneira, enfrentar.

ALBERTO CAVALCANTI (SAE)

O senhor falou do peso do passado onerando o desempenho da educação no Brasil hoje, ou seja, os nossos vivos ainda são governados pelos mortos, e precisamos vencer, sobrepujar esse desafio. No caso do Pisa (Programme for International Student Assessment), no qual o nosso desempenho é dramático, como ressaltado, o senhor vê possibilidade de se estabelecer meta para o País em termos não apenas das notas, mas também da posição no ranking? Por exemplo, no Pisa de 2021, seria possível estabelecer e perseguir metas e transformar isso em algo que seja de interesse do conjunto das escolas?

RESPOSTA:

As metas que estabelecemos tendem a impactar o Pisa porque a correlação de desempenho em qualquer exame é muito alta (a correlação de desempenho de estudante no Saeb, no Pisa, é sempre muito elevada). Pelas suas características, o Pisa brasileiro pode cair antes de melhorar — pode acontecer isso, é preciso registrar. Quanto ao Ideb, não acredito que piore, aliás, está melhorando: saiu de 3,5 para 4,2 em seis anos; acho que vamos atingir a meta estabelecida pelo PDE. O Pisa tem o risco de cair antes de melhorar porque ele não considera fluxo. E o fluxo no Brasil é muito ruim, ou seja, um aluno de 15 anos que esteja mais de dois anos defasado não entra na amostra. Se esse aluno melhorar o fluxo, ele passa a entrar na amostra. Isso pode fazer que, estatisticamente falando, melhorando-se o fluxo, piore-se o desempenho médio dos estudantes. Não é simples diagnosticar o que vai acontecer com o Pisa no curto prazo, mas, no médio e no longo prazos, espera-se sua melhora. Com o Ideb melhorando, em algum momento o Pisa vai melhorar, isso é garantido.

VICTOR LEONARDO FIGUEIREDO CARVALHO (IPEA)

Quer saber se existe algum diagnóstico sobre a educação integral e se existe alguma meta de universalização desse tipo de formato.

RESPOSTA:

Pela primeira vez, diferenciamos o coeficiente de remuneração de matrícula do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica (Fundeb). O antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) não diferenciava matrícula em tempo parcial de matrícula em tempo integral, então passamos a diferenciar. O mesmo vale para a educação infantil, que não era considerada no Fundef e agora é considerada no Fundeb. Educação integral, educação infantil, ensino médio, ensino médio profissionalizante, tudo isso tem coeficiente de remuneração diferenciada no novo Fundo. Há, ainda, um programa chamado Mais Educação, que aporta diretamente para a escola cerca de R\$ 200 por aluno para a expansão da jornada, ou seja, a escola tem condição de ampliar a jornada para um segundo turno com atividades próprias, como aula de recuperação para quem precisa, mas, sobretudo, lazer, cultura e esporte. Alcançaremos este ano 10 mil escolas. Terminamos 2009 com 5 mil escolas e vamos terminar 2010 com dez mil escolas, todas elas com Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) abaixo da média nacional.

GESMAR ROSA DOS SANTOS (IPEA)

Trabalhei durante sete meses no Inep com a questão do Enem. O processo de avaliação no Brasil e os instrumentos de medida têm evoluído bastante, mas também não têm a função somente de medir, pelo contrário, o que está por trás deles, às vezes, são as técnicas de medida, os contatos com as áreas, com as escolas, com a secretaria de educação, os institutos de pesquisa, a tentativa de menos memorização. Quando vejo que o Enem passou a ser um

sistema parecido, muito mais parecido com o vestibular, a pergunta que faço é: o Estado não está passando muito da sua função na educação (muito mais de coordenador e de indutor e até direcionador de política de educação) para área de execução? É possível modificar, descentralizando na mesma estrutura do Enem, com o banco de itens nacional?

RESPOSTA:

Estou com saudade de falar do Enem, faz tempo que não falo sobre isso. Acredito que, a partir da constituição do banco de itens, será preciso necessariamente descentralizar a aplicação do Enem, até por uma questão de segurança. A ideia do banco de itens é justamente aumentar a segurança da aplicação do exame. O Scholastic Aptitude Test (SAT) americano tem um banco de itens estimado em torno de 120 mil itens. Então, rigorosamente falando, se o banco de itens do SAT estiver à venda na Feira do Paraguai, não fará a menor diferença, porque ninguém vai conseguir decorar 120 mil respostas. Portanto, ter um banco de itens com 100, 120 mil itens aumenta muito a segurança do processo. Provavelmente, chegaremos ao fim do ano com um banco de 10 mil itens, o que já é bastante expressivo. Se anualmente formos incorporando 5, 10 mil itens ao banco, vai-se poder depois, eventualmente, até acreditar em instituições que possam aplicar o Enem de maneira descentralizada, várias vezes por ano, que é o modelo mais adequado.

Na minha opinião, o Inep é um patrimônio do País e foi vítima de um crime, infelizmente. Concordo com o presidente do Inep no sentido de que o Enem não devia ser licitado, mas quem co-

nehece os órgãos de controle e os procuradores da República sabe que é impossível um presidente de autarquia tomar essa decisão, não licitar o que quer que seja. Por quê? Porque os órgãos de controle, com razão, dizem que a licitação é a regra e não a exceção, e os procuradores têm a função de proteger o órgão, o que não significa que eles queiram inibir a inovação. Então temos, na verdade, um sistema que dificulta enfrentar esse tipo de questão. Exigir de um presidente de autarquia tomar uma decisão de fazer um contrato sem licitação, que é o caso do Enem, é demais. Tende-se, então, a acomodar a orientação dos órgãos de controle com a orientação da procuradoria do próprio órgão, mas o fato é que estamos diante de um caso típico em que a licitação não se justifica. Ao contrário, é uma questão de segurança, até nacional, proteger um processo seletivo do porte do Enem, porque ele dá acesso a 200 mil bolsas, desde o Pro Uni.

Não me refiro aqui ao novo Enem e às federais, mas a 200 mil bolsas concedidas desde 2005. E bolsa de estudo pode valer R\$ 350 mil se for para o curso de medicina. Então, como se coloca em risco, por um processo licitatório tradicional, uma operação como essa que envolve 300 mil aplicadores de prova, 100 mil salas de aula, 8.500 pontos de aplicação de prova, 3.000 mil rotas de distribuição com escolta armada? Como é possível fazer isso licitando uma empresa que busca o lucro, uma empresa que quer diminuir os custos? Evidentemente, para que se tenha um resultado final positivo, não existe milagre: o empresário vai fazer uma equação para diminuir custos quando, na verdade, o que se precisa é de alguém comprometido até a medula com a questão da segurança.

E vejam o que o Inep fez depois do roubo, isso que é o mais surpreendente: depois do furto da prova, 60 dias depois, aplicou outra — apenas 60 dias depois! Realocou 8 mil salas, recontratou 300 mil pessoas diferentes das primeiras 300 mil, reimprimiu quatro milhões e meio de kits e aplicou as provas. Mais do que aplicar depois de 60 dias, tirou 40 dias de atraso, porque os resultados foram divulgados apenas 20 dias depois do previsto. A divulgação estava prevista para o dia 8 de janeiro e aconteceu no dia 28 de janeiro, ou seja, tirou 40 dias do atraso depois da aplicação da prova, porque era para o ano letivo começar em maio, depois do roubo da prova, e começou em março. Em qualquer lugar do mundo, o Inep receberia um prêmio de honra ao mérito por ter feito isso, por ter conseguido resolver um problema dessa magnitude com tanta eficiência. E aqui tratamos o Inep como a mulher violada, perguntando: qual era o comprimento da sua saia, a que horas você saiu, estava acompanhada? Não se trata assim alguém que foi vítima de violência. Infelizmente, ao invés de saudarmos o Inep por tudo que ele fez pelo País, nós o criticamos.

Não é assim que se vai construir um país, partidarizando uma discussão como essa — e se há algo de que não podemos ser acusados é de partidarizar o tema da educação. Ninguém do MEC critica antecessor nem vai falar mal de sucessor, nunca transformamos os debates educacionais em temas vinculados a posições partidárias, corporativas. A equipe do MEC é inteiramente profissionalizada, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma pessoa do Tesouro Nacional; o Reinaldo, que presidiu o Inep, é professor titular de Economia da Educação da USP, enfim, ali não há espaço

para isso. Por isso, o mínimo que se espera é respeito pelo Inep, pelo que fez, especialmente nesse episódio, pois a instituição deu uma resposta ultraprofissional para um problema grave e sem precedentes.

Creio que o Enem vá evoluir, pois há um comitê de governança que vai aprimorar a matriz, vai aprimorar o banco de itens. A segunda prova não ficou exatamente como gostaríamos, mas a primeira estava muito parecida com o que imaginamos que o Enem deveria ser. Houve várias questões envolvendo segurança que exigiram que o Inep tomasse decisões estratégicas difíceis na época, até em relação aos itens da prova, mas isso vai ficar para a História um dia contar com mais tranquilidade. Mas creio, respondendo mais objetivamente, que, quando dispusermos de um banco de itens, com algumas dezenas de milhares de itens, o caminho vai ser a descentralização da aplicação da prova, e o MEC vai ter de se adaptar. Porém, se o Ministério não fizesse o que fez, nunca iria acabar o vestibular. Alguém tem de comprar brigas como essa. Os Estados Unidos acabaram com o vestibular há cem anos. Reuniram-se os reitores e decidiram criar um exame nacional, que deu origem ao SAT. No Brasil, para isso acontecer, vamos levar mais de cem anos. Há casos de estados em que as universidades fazem questão de marcar os seus vestibulares no mesmo dia. Vestibular virou fonte de renda, as taxas de inscrição são altíssimas. Assim, há a indústria da taxa de inscrição de um lado e a indústria do cursinho de outro. Quem pode pôr ordem nesse negócio se não for o poder público?

Minha pergunta é sobre a questão do analfabetismo. Sabemos as dificuldades que estamos enfrentando, seria importante ouvir do senhor como isso está sendo construído e como podemos acelerar a queda do analfabetismo no Brasil. Em segundo lugar, gostaria de ouvir um pouco sobre o regime de colaboração, que é outro assunto importante que tem a ver com a questão federativa brasileira, que é hoje um nó.

RESPOSTA:

Provavelmente vamos levar para o Plano Nacional de Educação a meta de uma taxa, em 2020, menor que 4%, o que para a Unesco equacionaria o problema. Para a Unesco, a uma taxa de menos de 4%, à luz da questão etária, a questão do analfabetismo estaria superada. Estamos com 10% de analfabetismo e, entre 2007 e 2008, aconteceu algo muito estranho, que foi o aumento do número absoluto de analfabetos com mais de 25 anos. Não entendo, mas aconteceu algum problema na pesquisa por amostra do IBGE. Independentemente disso, 10% é um índice alto, e temos de chegar a 2015 com 6,7% se quisermos cumprir as metas de Dakar. Sendo assim, 6,7% significa dizer que temos sete anos para reduzir essa taxa em cerca de meio por cento ao ano. É factível, porque não estou considerando a flutuação (aumentar o número absoluto de analfabetos, ainda mais no Sudeste, como foi apresentado, um aumento de 140 mil analfabetos com mais de 25 anos, não é nem mais de 15, é muito estranho). Não consigo imaginar como melhorar ainda mais

a gestão do Programa hoje. Todas as providências recomendadas foram atendidas. Hoje conta-se com monitoramento muito bom, e quero crer que a Pnad de 2009 pode revelar uma queda de meio ponto, o que indicará uma retomada da queda no sentido do cumprimento das metas de Dakar e com a possibilidade de chegar ao fim da década com analfabetismo erradicado, — esse termo não é muito próprio —, com uma taxa menor que 4%. É preciso lembrar que a idade média do analfabeto brasileiro é de 55 anos, e é muito difícil trazer uma pessoa dessa idade para a sala de aula, dez horas por semana, para se alfabetizar, ainda mais na zona rural, com todas as dificuldades de transporte e até de professor para atender a essa demanda.

Com relação à questão do regime de colaboração, hoje estou menos preocupado com esse regime entre União, estados e municípios do que entre estados e municípios. É incrível como governador e prefeito não se entendem na questão da educação, com raras exceções. Temos o Ceará, que está fazendo um bom trabalho de aproximação da secretaria estadual com as secretarias municipais, bem como Mato Grosso do Sul e Piauí. Não há muitos outros exemplos dessa aproximação. Vamos ter de pensar melhor o pacto federativo. Devo destacar que a relação do MEC com estados e municípios nunca foi tão boa, posso assegurar. Hoje temos um padrão de relacionamento muito bom, o Plano de Ações Articuladas (PAR) ajudou, o dinheiro ajudou — é fato que, sem dinheiro, ninguém se entende muito bem. Por mais simpático que se queira ser no atendimento, chega a hora em que se tem de assinar o convênio, pois alguém tem de pagar a conta.

Minha pergunta é sobre os critérios de avaliação das universidades privadas, se o senhor avalia que esse boom no número de faculdades e a má qualidade que se seguiu no ensino superior não estão ligados aos critérios frouxos de avaliação, de número mínimo de mestres, doutores, professores e turno integral.

RESPOSTA:

Em nenhum país se encontra algo como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), mas sem isso o Brasil não põe ordem na graduação. Foi necessário construir esse sistema para colocar ordem no caos da expansão do ensino superior. Criamos um sistema de indicadores de qualidade da educação superior, mesclando os resultados das provas com o perfil acadêmico dos docentes, com a infraestrutura, a qualidade da infraestrutura, o que dá uma visibilidade para a sociedade se mover na rede, no sistema federal. Essa expansão estava caótica do ponto de vista da qualidade. Creio que, no momento, a graduação está melhorando. Sou da opinião de que o Sinaes já está-se fazendo notar nas instituições particulares. Há efetivamente um movimento de qualificação da graduação no Brasil, e muitas universidades privadas já estão perdendo aluno com a divulgação dos resultados.

O financiamento estudantil, por exemplo, não levava em consideração a qualidade do curso. Financiava-se o aluno, não importando onde ele estava matriculado. Hoje, dependendo da

instituição, não há financiamento estudantil. Não se pode oferecer financiamento de 3,4% ao ano para um aluno se matricular numa instituição de péssima qualidade. Isso ocorria, não ocorre mais. Atualmente, o financiamento vai para as instituições de qualidade, o que induz o crescimento do sistema em que o quesito qualidade é a regra e não a exceção. Poderia citar muitas outras iniciativas do MEC que procuram induzir a qualidade da educação superior. Recentemente, por exemplo, resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) determinou que não serão recredenciadas as universidades que não ofereçam pós-graduação. Desse modo, todas as transformações de faculdades em universidades que ocorreram no passado vão sofrer revisão. Universidade que não ofereça pós-graduação vai perder autonomia e vai deixar de ser universidade. Será homologada, em breve, essa resolução, já aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. São medidas que qualificam a graduação, que, com isso, vai melhorar muito no Brasil. Criamos uma engenharia interessante, que envolve instrumentos novos, com financiamento, com indução, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ou seja, uma série de ações que vão dar sustentabilidade para a expansão qualificada do sistema.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília - DF, em setembro de 2010
Tiragem: 1.500 exemplares

